



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA

**Convênio 20/2026 /RETOMADA**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA, E O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ - GO, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:**

**CONCEDENTE: O ESTADO DE GOIÁS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA - RETOMADA**, inscrita no CNPJ nº 37.992.607/0001-05, com sede administrativa situada na Rua 82 nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º andar, Setor Central, em Goiânia - GO, neste ato representada por seu titular, Sr. **César Augusto de Sotkevicene Moura**, CPF nº XXX.145.881-XX, residente e domiciliado em Goiânia - GO, doravante denominada **CONCEDENTE**.

**CONVENENTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ - GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 01.223.916/0001-73, Praça Rodrigues Suzano, nº 01 - Centro, Jaraguá, Goiás, CEP: 76.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **PAULO VITOR AVELAR**, inscrito no CPF nº XXX.211.371-XX, residente e domiciliado na Rua QR 9, Qd. 020, Lt. 03, S/N, esq. Com a R 30, Residencial Quinta do Riante, Jaraguá - Goiás, CEP: 76330-000, doravante denominada, **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, tudo constante nos processos administrativos nº (202619222000144) e nos termos e condições estipuladas abaixo:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1 As partes supra identificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o Termo de Convênio, em conformidade com as normas legais previstas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1 O objeto deste instrumento é apoiar a realização da **6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo**, a ser realizada nos **dias 27, 28 e 29 de março de 2026**, no município de Jaraguá/GO, mediante a disponibilização de infraestrutura e suporte operacional necessários à realização do evento, compreendendo itens como estruturas físicas, sonorização, sinalização, logística e apoio.

2.2 O objetivo visa incentivar a prática esportiva e a adoção de hábitos saudáveis, promover a integração social e comunitária, bem como fortalecer o esporte como instrumento de inclusão e desenvolvimento social. De forma complementar, busca-se fomentar o turismo e dinamizar a economia do município, por meio da atração de atletas, visitantes e movimentação dos setores de comércio e serviços, em consonância com as diretrizes da Secretaria da Retomada voltadas ao estímulo da atividade econômica e à valorização das potencialidades locais.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PLANO DE TRABALHO**

3.1 Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho (88249230), especialmente elaborado e aprovado, do qual consta o detalhamento dos objetivos, metas e

etapas de execução, com seus respectivos cronogramas, devidamente justificados, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento de Convênio, independente de transcrição.

3.1.1 Qualquer ajuste a ser realizado no Plano de Trabalho (88249230), deve ser submetidos e aprovado previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE.

3.1.2 Na hipótese de aditamento deste Termo de Convênio, que acarrete alteração do Plano de Trabalho, este deverá ser ajustado e devidamente aprovado.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE**

4.1 Compete ao CONCEDENTE, além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

4.1.1 efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho (88249230) aprovado, que guardará consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto deste Instrumento;

4.1.2 monitorar, acompanhar, fiscalizar e atestar a execução do objeto conveniado e avaliar seus resultados;

4.1.3 prorrogar de ofício a vigência deste Termo de Convênio antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, desde que haja plena condição para execução do objeto;

4.1.4 avaliar a execução deste Termo de Convênio, objetivando a decisão de aprovar o redirecionamento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado e eventual solicitação de Termo Aditivo pelo CONVENENTE, fundamentada em razões que a justifique;

4.1.5 acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante ou de uma equipe de representantes, especialmente designado(a), a utilização dos recursos transferidos para consecução do objeto deste Termo de Convênio, avaliando os seus resultados e reflexos, de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima - Do acompanhamento e fiscalização;

4.1.6 verificar a regular aplicação da parcela de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas;

4.1.7 analisar os Relatórios de Execução e a Prestação de Contas dos recursos aplicados na consecução do objeto deste Termo de Convênio, devendo comunicar ao CONVENENTE qualquer irregularidade decorrente do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, e suspender a liberação dos respectivos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período;

4.1.8 verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE para a execução do objeto deste Termo de Convênio, atendo-se à documentação no que concerne à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado e ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE, que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

4.1.9 na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, reduzir o quantitativo até a etapa que apresente funcionalidade;

4.1.10 Receber e encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, a prestação de contas da gestão de recursos financeiros concedidos.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE**

5.1 Compete ao CONVENIENTE, além das obrigações previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 10.248 de 31 de março de 2023:

5.1.1 executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado neste Termo de Convênio, conforme Plano de Trabalho (88249230) e suas reformulações, aprovados pelo CONCEDENTE, observando prazos e custos;

5.1.2 executar o objeto pactuado zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, a fim de alcançar eficiência e eficácia na sua consecução;

5.1.3 assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

5.1.4 selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

5.1.5 promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida, às de atendimento prioritário e a outros especificados no Decreto nº 5.296/2004;

5.1.6 contribuir em favor da política de enfrentamento ao tráfico e à exploração sexual de crianças e adolescentes no segmento do turismo, e da inserção da marca do Programa Turismo Sustentável e Infância;

5.1.7 utilizar os recursos recebidos na execução do objeto deste Termo de Convênio, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, quando for o caso, devendo sua movimentação realizar-se em conformidade com o disposto na Cláusula Nona – Da conta específica e da aplicação dos recursos;

5.1.8 arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo CONCEDENTE;

5.1.9 manter os documentos relacionados a este Termo de Convênio arquivados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas;

5.1.10 responsabilizar-se pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas à contratação de pessoal para a consecução do objeto deste Termo de Convênio, bem como por quaisquer ônus tributários ou extraordinários que venham a incidir sobre o presente Instrumento;

5.1.11 assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Estadual e da RETOMADA em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA SEGUNDA e, bem assim, inserir a marca do Governo Estadual nos outdoors custeados, em banners e cartazes, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Convênio, observados os limites da Lei Federal nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), ficando vedado aos Convenientes utilizarem nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

5.1.12 realizar, sob sua inteira responsabilidade, o processo licitatório, de acordo com as normas de licitação, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do Termo de Referência, da planilha orçamentária, o respectivo detalhamento de sua composição por item de orçamento ou conjunto deles, e a disponibilidade de contrapartida, quando for o caso, sempre que optar pela execução terceirizada;

5.1.13 apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;

5.1.14 exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento;

5.1.15 estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Termo de Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos, quando

for o caso;

- 5.1.16 fornecer ao CONCEDENTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- 5.1.17 disponibilizar, sempre que solicitado, um representante para acompanhar o servidor ou equipe do CONCEDENTE especialmente designado(a) no ato da fiscalização in loco;
- 5.1.18 permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações referentes a este Termo de Convênio, bem como aos locais de execução do objeto;
- 5.1.19 não realizar despesa em data anterior à vigência deste Termo de Convênio nem efetuar pagamento em data posterior à sua vigência, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;
- 5.1.20 não autorizar o pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidor ou empregado público que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal;
- 5.1.21 não efetuar pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- 5.1.22 não realizar despesas a título de taxa de administração, ou similar;
- 5.1.23 não realizar trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;
- 5.1.24 disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo de Convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado.
- 5.1.25 disponibilizar todo e qualquer material produzido no âmbito deste Termo de Convênio ao CONCEDENTE, para fins institucionais e instrucionais, quando for o caso;
- 5.1.26 instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- 5.1.27 prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma do Artigo 21 do Decreto Estadual nº 10.248/2023, contados do término da vigência deste Termo de Convênio e na forma prevista nos itens 5.4,5.5 e seguintes desta Cláusula;
- 5.1.28 não contratar pessoas que tenham sido responsáveis pela elaboração de projetos básicos ou de termos de referência relativos aos objetos contratados, por descumprir o disposto Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.248/2023;
- 5.1.29 elaborar projetos básicos ou termos de referências, para as contratações necessárias à consecução do objeto, com os elementos necessários e suficientes para possibilitar a avaliação dos custos dos serviços a serem contratados de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;
- 5.1.30 colher as assinaturas de todas as pessoas incluídas como responsáveis pelos projetos básicos ou termos de referência, em atenção ao princípio da veracidade que deve nortear a administração pública, e ao caráter formal do procedimento licitatório consagrado de acordo com Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;
- 5.1.31 exigir a emissão de pareceres técnico e jurídicos após a fase preparatória, com a finalidade de realização de controle prévio de legalidade dos contratos e termos aditivos contratuais, atendendo ao comando do art. 53 da Lei federal nº 14.133, de 1 abril de 2021;

5.1.32 formalizar procedimentos de licitação, com abertura do processo administrativo, autuação, protocolo e numeração dos autos processuais, nos termos preconizados pela Lei nº. 14.133/2021 e Decreto nº. 10.248/2023;

5.1.33 exibir os vídeos de promoção do turismo do Estado de Goiás, disponibilizado pelo CONCEDENTE, devendo ser exibidos, preferencialmente nos períodos que antecedem as atrações artísticas, ou em locais de grande concentração de público do evento;

5.1.34 comunicar o cancelamento do evento à RETOMADA, no prazo mínimo de 03 (três) dias antes de seu início, sob pena de responsabilizar-se por eventuais gastos realizados por esta pasta com o envio de servidor(es) para efetuar a fiscalização do evento, ressalvados os casos fortuitos e de força maior;

5.1.35 assegurar e comprovar que os valores arrecadados com a venda de bens e serviços produzidos ou fornecidos no âmbito deste Termo de Convênio sejam revertidos para a consecução do objeto ou recolhidos à conta do Tesouro Estadual, quando for o caso;

5.1.36 Realizar a divulgação da formalização do convênio na comunidade beneficiada e à Câmara de Vereadores por meio de reunião pública presencial ou virtual, fixação de cartazes em locais de grande circulação, publicações nas redes sociais oficiais, envio de ofícios formais à Câmara, e, quando aplicável, publicação no Diário Oficial do Município;

5.1.37 Identificar o objeto do convênio como resultante da aplicação de recursos do governo estadual.

5.2 O descumprimento de quaisquer das obrigações dispostas nos incisos anteriores acarretará ao CONVENENTE a prestação de esclarecimentos perante o CONCEDENTE.

5.3 A fiscalização pelo CONVENENTE consiste na atividade administrativa realizada de modo sistemático, atualizada, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos. Nesse sentido, a fiscalização pelo CONVENENTE deverá:

a) manter profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços; e

b) verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem os requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos aprovados.

5.4 Os documentos referentes ao procedimento licitatório, à celebração de contratos, à liquidação e aos pagamentos das despesas previstas no Plano de Trabalho aprovado, bem como as informações relativas ao registro de ingressos de recursos do convênio, deverão ser apresentadas no momento da prestação de contas.

5.5 Além da documentação solicitada no Plano de Trabalho, a prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições do Decreto Estadual nº. 10.248/2023, devendo ser composta do seguinte:

5.5.1 ofício de encaminhamento;

5.5.2 relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;

5.5.3 cópia do plano de trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;

5.5.4 cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;

5.5.5 relatório de execução físico-financeira;

5.5.6 demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

5.5.7 relação de pagamentos efetuados com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.8 relação de serviços de terceiros com os recursos do concedente e convenente, bem como dos provenientes da aplicação financeira;

5.5.9 extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;

5.5.10 extratos da conta de aplicação financeira, evidenciando todos os rendimentos auferidos no período e demonstrando a conta zerada;

5.5.11 comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;

5.5.12 cópia dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;

5.5.13 cópia dos contratos firmados e com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;

5.5.14 notas fiscais/faturas;

5.5.15 o relatório fotográfico dos bens adquiridos e das obras realizadas, se for o caso;

5.5.16 a relação dos treinados ou dos capacitados, quando for o caso; e

5.5.17 o termo de compromisso por meio do qual o convenente fica obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas

5.6 Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido no convênio, o CONCEDENTE estabelecerá prazo adicional máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação ou para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

5.7 Se ao término do prazo estabelecido o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o concedente registrará, no sistema previsto no parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 10.248, a inadimplência por omissão do dever de prestar contas, adotará medidas para a reparação do dano ao erário e, se for o caso, providenciará a instauração de tomada de contas especial, sob a pena de responsabilização solidária, nos termos do Artigo 24 do Decreto Estadual nº. 10.248/2023.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1 O presente Termo de Convênio terá vigência de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura, com sua eficácia condicionada a publicação no Diário Oficial do Estado, para a consecução do objeto expresso no Plano de Trabalho (88249230) aprovado.

6.2 Quando o CONCEDENTE der causa ao atraso na liberação dos recursos, a vigência deste Termo de Convênio será prorrogada, de ofício, pelo exato período do atraso verificado, devendo o CONVENENTE, caso o atraso tenha comprometido a realização de metas ou ações estabelecidas no cronograma de execução, propor a reformulação do Plano de Trabalho, que deverá ser aprovado pela área técnica do CONCEDENTE.

6.3 A vigência deste Instrumento poderá ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por solicitação do CONVENENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da vigência prevista para a execução de seu objeto, desde que aceita pelo CONCEDENTE.

6.4 O CONVENENTE terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para apresentar a Prestação de Contas, a contar do término da vigência estabelecida no item 6.1, ou da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

7.1 Para a execução do objeto deste Termo de Convênio, dá-se o valor total de **R\$ 42.633,00 (quarenta e dois mil seiscientos e trinta e três reais)**, cabendo ao **CONCEDENTE** destinar o montante de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás, observadas as

características abaixo especificadas, e ao **CONVENENTE** caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 2.633,00 (dois mil seiscientos e trinta e três reais)**, de acordo Nota de Empenho nº 00003/2026 (88224211), conforme Plano de Trabalho (88249230) aprovado.

**Da CONCEDENTE:**

Dotação Orçamentária: 2026.4201.11.691.1054.3254.03

Natureza da Despesa: 3.3.40.41.21

Fonte: 15000100

Nota de Empenho: 2026.4201.027.00020, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

**Da CONVENENTE:**

Classificação da Despesa: 27.813.2537.2.074.3.3.90.30.07

Modalidade: 99

Nota de Empenho: 00003/2026 (88224211), no valor de R\$ 2.633,00 (dois mil seiscientos e trinta e três reais).

7.2 As despesas decorrentes da execução do presente Convênio em exercício subsequente, no que corresponde ao CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, quando for o caso.

7.3 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, provenientes das aplicações, se for o caso, figurarão, obrigatoriamente, no Orçamento do CONVENENTE, obedecendo ao desdobramento por fonte de recursos e elementos de despesa.

7.4 Na hipótese do objeto deste Termo de Convênio vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição, tanto pelo CONCEDENTE quanto pelo CONVENENTE, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, aplicável ao valor total anteriormente pactuado.

## **8. CLÁUSULA OITAVA- DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

8.1 Os recursos financeiros serão liberados de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho (88249230) aprovado, em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do Convênio, a crédito de conta específica.

8.2 Para recebimento dos recursos o CONVENENTE deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho (88249230).

8.3 A liberação da segunda parcela e seguintes fica condicionada à aprovação, pelo CONCEDENTE, de relatório de execução com comprovação da aplicação dos recursos da última parcela liberada, quando for o caso.

8.4 O CONCEDENTE suspenderá a liberação dos recursos quando houver quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, ou quando a justificativa apresentada pelo CONVENENTE não for aceita, observado o previso na Cláusula Décima Primeira – Das Irregularidades.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA CONTA ESPECÍFICA E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

9.1 Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, serão obrigatoriamente, mantidos em conta bancária específica do Convênio exclusivamente em instituições financeiras controladas pelo Estado e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.2 Os recursos financeiros serão repassados ao CONVENENTE, em uma ou mais parcelas, para atendimento das disposições do Demonstrativo de Desembolso contido no Plano de Trabalho (88249230), parte integrante deste Termo de Convênio;

9.3 O CONVENENTE manterá uma conta bancária específica, para registro das operações financeiras do Convênio;

9.4 Se houver saldo dos recursos que foram liberados pela CONCEDENTE, este deverá ser devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do Convênio, ressalvadas as hipóteses;

9.5 Os recursos liberados pela CONCEDENTE e aplicados indevidamente pelo CONVENENTE deverão ser devolvidos à conta vinculada do Convênio;

9.6 Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

9.7 Os recursos transferidos pela CONCEDENTE, enquanto não empregados na sua finalidade, deverão ser obrigatoriamente aplicados, através da instituição bancária detentora da conta corrente do Convênio, desde que não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

9.8 As receitas, oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, não poderão ser computadas como contrapartida e serão aplicadas no objeto do Convênio, estando sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para recursos transferidos.

9.9 Os saldos de Convênio, enquanto não utilizados, serão, obrigatoriamente, aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês.

9.10 As receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

9.11 A liberação de parcelas de recursos sujeitará o convenente a manter as mesmas condições para celebração do convênio e deverá ser efetuada em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos abaixo enumerados, hipóteses em que as referidas parcelas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

9.11.1. quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;

9.11.2. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

9.11.3. quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo participante repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

9.12 O valor do repasse a ser transferido pela concedente não poderá ser aumentado.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

10.1 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) a ser designado por meio de Portaria, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução de seu objeto, devendo o CONCEDENTE registrar os atos de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Instrumento, respondendo o CONVENENTE pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Termo de Convênio.

10.2 A fiscalização pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, em ateste da execução de serviços realizados no âmbito deste Termo de Convênio, mediante fiscalização in loco ou conforme previsto nas subcláusulas 10.5 e 10.7 abaixo delineadas, por meio da verificação da compatibilidade dos quantitativos apresentados com os quantitativos efetivamente executados.

10.3 O acompanhamento pelo CONCEDENTE consistirá, entre outros, na análise e aprovação das eventuais reformulações de projetos, quando houver modificação, inclusive de especificações dos serviços, desde que fundamentadas e justificadas em relatórios técnicos elaborados pelo CONVENENTE, apresentados previamente ao CONCEDENTE.

10.4 A execução deste Termo de Convênio será acompanhada por um representante, ou uma equipe de representantes, do CONCEDENTE, especialmente designado(a), conforme previsto na subcláusula 4.1.5., constante da Cláusula Quarta – Das Obrigações do Concedente, que anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução de seu objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

10.5 O(A) servidor/equipe designado(a) pelo CONCEDENTE acompanhará a execução do objeto deste Termo de Convênio, preferencialmente, por meio de supervisão in loco ou qualquer meio idôneo disponível, tais como: jornais, internet, fotografias, telefonemas e congêneres, que caso não ocorra deverá ser devidamente justificada.

10.6 O(A) servidor/equipe especialmente designado(a) pela CONCEDENTE não poderá pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão.

10.7 O CONVENENTE deverá franquear o acesso dos servidores especialmente designados para a função fiscalizatória aos processos, documentos ou informações referentes à execução do Convênio.

10.8 A não execução do objeto na data prevista no Plano de Trabalho aprovado ensejará a anulação da Nota de Empenho e rescisão unilateral do Convênio pela CONCEDENTE.

10.9 No acompanhamento do objeto deste Termo de Convênio serão verificados:

- a) a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- b) a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- c) o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

10.10 Ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação dos servidores da CONCEDENTE, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS IRREGULARIDADES**

11.1 O CONCEDENTE comunicará ao CONVENENTE, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, além das previstas abaixo, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

I - quando não houver comprovação da correta aplicação da(s) parcela(s) recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados pelo CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública Federal;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Convênio; e

III - quando o CONVENENTE descumprir qualquer Cláusula ou condição deste Termo de Convênio.

11.2 Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

11.3 Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput desta Cláusula o CONCEDENTE: a) realizará a apuração do dano; e b) comunicará o fato ao CONVENENTE para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

11.4 O não atendimento das medidas saneadoras previstas na subcláusula 11.2 ensejará que o ordenador de despesas, sob pena de responsabilidade, determine a inscrição no cadastro de inadimplentes e a instauração da Tomada de Contas Especial.

11.5 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, o CONCEDENTE dará ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificará o Ministério Público.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

12.1 Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher por meio de Guia de Recolhimento ao Estado o que se segue:

12.1.1 os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado;

12.1.2 o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, nos seguintes casos:

a. quando não for executado o objeto da avença;

b. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Convênio; e

c. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Termo de Convênio, a prestação de contas.

12.1.3 o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

12.1.4 o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação;

12.1.5 o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

12.2 A devolução prevista no item 11.1 será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos previstos na celebração, independentemente da época em que foram aportados pelos Partícipes.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO**

13.1 Obriga-se o CONVENENTE a registrar, em sua contabilidade analítica, os recursos recebidos do CONCEDENTE, sendo que as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do CONVENENTE, identificando o número do Convênio e a especificação dos itens conforme Plano de Trabalho aprovado, bem como manter em boa

ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de Controle Interno e Externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES**

14.1 É vedada a utilização dos recursos repassados pelo CONCEDENTE, dos recursos oriundos de aplicação financeira, quando houver, em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho (88249230) aprovado, devendo o Convênio ser executado em estrita observância às suas Cláusulas e às normas pertinentes, sendo vedado:

I - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – trespasse ou cessão da execução do objeto do convênio, exceto para as contratações necessárias à execução do plano de trabalho e observados os princípios da administração pública;

III – pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas, compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias vigente;

IV – alterar o objeto do convênio de forma a descaracterizá-lo;

V – utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;

VI – realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

VII – realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VIII – realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

IX - Fica vedada a proposição de aquisição de bens móveis/imóveis e/ou materiais permanentes.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

15.1 Este Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos Participes, mediante notificação escrita, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos Participes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

15.2 Constitui motivo para rescisão deste Termo de Convênio, além do acima exposto, principalmente a constatação, pelo CONCEDENTE, das seguintes situações:

a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

d) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na Cláusula Nona - Da Conta Específica e da Aplicação dos Recursos; e

e) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

15.3 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras

realizadas, serão devolvidos ao CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

15.4 A rescisão do Convênio quando resulte dano ao erário enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

15.5 Em sendo evidenciados pelos órgãos de controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO**

16.1 Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante proposta de modificação a ser apresentada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência e desde que aceitas pelo CONCEDENTE, não podendo haver alteração do objeto aprovado.

16.2 A celebração de Termo Aditivo fica condicionada à comprovação de regularidade, nos termos da legislação vigente, e da regular execução das metas/etapas do Convênio em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, a ser verificada pela respectiva área técnica do CONCEDENTE.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO**

17.1 Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente consignada a participação do CONCEDENTE.

17.2 Fica vedada aos Participes a realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho (88249230).

17.3 Será considerada promoção pessoal, dentre outras: a utilização de faixas, painéis, cartazes, folders, outdoors ou outras formas de divulgação onde constem nomes ou imagens de autoridades ou servidores públicos.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E DO FORO**

18.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

18.2 As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer conflitos e dúvidas decorrentes deste contrato, com renúncia expressa de todos os demais, por mais privilegiados que sejam.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

19.1. Caberá ao CONCEDENTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Convênio e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do art. 20 do Decreto nº 10.248/2023;

E por estarem em acordo, assinam este instrumento os representantes das partes, para que se alcance os jurídicos e desejados efeitos.

Pela **CONCEDENTE**:

**César Augusto de Sotkeviciene Moura**

Secretário de Estado da Retomada

Pela **CONVENENTE**:

**Paulo Vitor Avelar**

Prefeito de Jaraguá - Goiás

GOIÂNIA, 27 de Março de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Vitor Avelar, Usuário Externo**, em 27/03/2026, às 18:40, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA, Secretário (a) de Estado**, em 27/03/2026, às 19:30, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **88293895** e o código CRC **9BEE71A3**.

GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS  
RUA 82 400, PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXERIRA, 2º ANDAR ALA LESTE - Bairro  
SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-095 - .



Referência: Processo nº 202619222000144



SEI 88293895



GERANDO DESENVOLVIMENTO

## PLANO DE TRABALHO

### 1. DADOS CADASTRAIS CONCEDENTE

1.1 Órgão/Entidade Proponente: Secretaria de Estado da Retomada		1.2 CNPJ: 37.992.607/0001-05	
1.3 Endereço: Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Leste, Setor Central			
1.4 Cidade:	1.5 UF:	1.6 CEP:	1.7 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.8 E-mail: <a href="mailto:cesar.moura@goias.gov.br">cesar.moura@goias.gov.br</a>		1.9 Site: <a href="http://www.retomada.go.gov.br">www.retomada.go.gov.br</a>	
1.10 Nome do Responsável pela instituição: Cesar Augusto de Stokeviciene Moura		1.11 CPF: XXX.145.881-XX	
		1.12 C.I (Órgão Expedidor): 3100305 SSP-GO	
Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 2º Andar, Ala Oeste, Setor Central			
1.14 Cidade:	1.15 UF:	1.16 CEP:	1.17 DDD/Telefone:
Goiânia	GO	74.015-908	(62) 3201-5255
1.18 E-mail: <a href="mailto:cesar.moura@goias.gov.br">cesar.moura@goias.gov.br</a>		1.19 Site: <a href="https://www.retomada.go.gov.br/">https://www.retomada.go.gov.br/</a>	

### 2. DADOS CADASTRAIS CONVENETE

2.1 Órgão/Entidade Proponente: <b>MUNICÍPIO DE JARAGUÁ</b>		2.2 CNPJ: <b>01.223.916/0001-73</b>	
2.3 Endereço: <b>PRAÇA RODRIGUES SUZANO, Nº 01 - CENTRO</b>			
2.4 Cidade: <b>JARAGUÁ</b>	2.5 UF: <b>GO</b>	2.6 CEP: <b>76330-000</b>	2.7 DDD/Telefone: <b>62 3326 - 4077</b>
2.8 E-mail: <a href="mailto:convenios@jaragua.go.gov.br">convenios@jaragua.go.gov.br</a>		2.9 Site: <a href="http://jaragua.go.gov.br">jaragua.go.gov.br</a>	
2.10 Nome do Responsável pela instituição: <b>PAULO VITOR AVELAR</b>		2.11 CPF: <b>XXX.211.371 - XX</b>	
		2.12 C.I (Órgão Expedidor): <b>4794443</b>	
2.13 Endereço: <b>RUA QR 9, Qd. 020, Lt. 03, S/N esq. Com a R30 – Residencial Quinta do Riante</b>			
2.14 Cidade: <b>JARAGUÁ</b>	2.15 UF: <b>GO</b>	2.16 CEP: <b>76.330-000</b>	DDD/Telefone: <b>62 3326 - 4077</b>
2.18 E-mail:		2.19 Site:	

### 3. DADOS CADASTRAIS - GESTOR DA PARCERIA

3.1 Nome: <b>PAULO VITOR AVELAR</b>		3.2 CPF: <b>XXX.211.371-XX</b>	
3.3 Vínculo com Conveniente: <b>Prefeito Municipal de Jaraguá</b>			
3.4 Cidade: <b>Jaraguá</b>	3.5 UF: <b>GO</b>	3.6 CEP: <b>76.330-000</b>	3.7 DDD/Telefone: <b>62 3326 - 4077</b>
3.8 E-mail:			

### 4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

<b>4.1 Título do Projeto:</b>  <b>6ª edição TOUR de Jaraguá de Ciclismo</b> <b>27, 28 e 29 de março</b>	<b>4.2 Vigência da cooperação:</b>	
	Início	Término
	Após a Subscrição do instrumento	30 dias após a outorgado instrumento
<b>4.3 Objeto do Convênio:</b>		

Constitui objeto do presente convênio a cooperação entre os partícipes para o apoio, organização e realização da 6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo, a ser realizada nos dias 27, 28 e 29 de março, no município de Jaraguá/GO.

O evento tem como finalidade incentivar a prática do ciclismo e de atividades esportivas, promover hábitos de vida saudáveis, estimular a participação de atletas e da comunidade, bem como fortalecer o turismo, o esporte e a economia local, por meio da realização de competição e atividades ciclísticas que integrarão participantes de diversas regiões.

#### 4.4 Objetivo do Convênio

O presente convênio tem por objetivo apoiar a organização e realização da 6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo, a ser realizada nos dias 27, 28 e 29 de março, no município de Jaraguá/GO, com a finalidade de incentivar a prática esportiva, promover a saúde e a qualidade de vida da população, estimular a participação de atletas e fortalecer o esporte como instrumento de integração social e comunitária.

Além disso, busca-se valorizar o turismo local e fomentar a economia do município, por meio da realização de um evento ciclístico de caráter estadual, que contará com a participação de atletas de diversas cidades e regiões, promovendo o intercâmbio esportivo, a movimentação do comércio e a divulgação de Jaraguá no cenário esportivo regional e estadual.

#### 4.4 JUSTIFICATIVA

A realização da 6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo justifica-se pela relevância do evento como instrumento de incentivo à prática esportiva, promoção da saúde e fortalecimento das atividades de lazer no município de Jaraguá/GO. O ciclismo tem se consolidado como uma modalidade esportiva em constante crescimento, reunindo atletas profissionais, amadores e entusiastas, além de estimular hábitos de vida saudáveis e promover a integração entre participantes de diferentes localidades.

Desde sua primeira edição, o Tour de Jaraguá de Ciclismo vem ganhando destaque no cenário esportivo regional, atraindo competidores e visitantes e contribuindo para o fortalecimento do calendário esportivo do município. Ao longo das edições anteriores, o evento registrou participação significativa de atletas e público, consolidando-se como uma importante competição ciclística no estado de Goiás. Além de incentivar o esporte, a realização do evento também contribui para o fortalecimento do turismo local e para a movimentação da economia, beneficiando setores como comércio, hospedagem, alimentação e prestação de serviços.

As edições anteriores foram realizadas com êxito, contando com a participação de ciclistas provenientes de diversas cidades e regiões, além do envolvimento da comunidade local e do apoio de instituições públicas e privadas. Esse histórico positivo evidencia a credibilidade e a relevância do evento, que a cada ano amplia sua visibilidade e o número de participantes.

Para a 6ª edição, prevista para os dias 27, 28 e 29 de março, a expectativa é ampliar ainda mais a participação de atletas e visitantes, com a presença de ciclistas de diversos municípios do estado de Goiás e também de outras regiões. Estima-se a participação de aproximadamente 200 a 300 atletas, além de um público significativo composto por acompanhantes, apoiadores e espectadores, fortalecendo o caráter esportivo, turístico e social da iniciativa.

Dessa forma, a realização do Tour de Jaraguá de Ciclismo reafirma o compromisso do município com a promoção do esporte, da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento local, consolidando-se como um evento de destaque no calendário esportivo regional e estadual.

#### **4.5 Caracterização dos Interesses Recíprocos:**

A celebração do presente convênio fundamenta-se no interesse comum entre os partícipes em promover e fortalecer o esporte, a saúde e o lazer, por meio do apoio à realização da 6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo, no município de Jaraguá/GO.

Para o Município, a realização do evento representa uma importante ação de incentivo à prática esportiva e à promoção da qualidade de vida da população, além de contribuir para o fortalecimento do calendário esportivo local, a valorização do turismo e a movimentação da economia municipal.

Para o Estado, o apoio à iniciativa está alinhado às políticas públicas de incentivo ao esporte, à integração social e ao desenvolvimento regional, estimulando a participação de atletas de diferentes cidades e ampliando o acesso da população a atividades esportivas e de lazer.

Dessa forma, o convênio consolida uma parceria institucional voltada à consecução de objetivos comuns, gerando benefícios esportivos, sociais, turísticos e econômicos para a comunidade local, participantes e visitantes do evento.

#### **4.6 Público-alvo:**

O público-alvo da realização da 6ª edição do Tour de Ciclismo corresponde ao grupo de pessoas que o evento pretende atingir, envolver e beneficiar, seja por meio da participação direta na prova ou pelo acompanhamento das atividades. Em eventos esportivos, esse público geralmente inclui atletas, praticantes da modalidade e também espectadores interessados no esporte.

Assim, o público-alvo da 6ª edição do Tour de Ciclismo é composto por ciclistas amadores e profissionais, jovens e adultos interessados em esportes, saúde e qualidade de vida. Inclui ainda a comunidade local, familiares e amigos dos participantes, além de empresas parceiras e apoiadores que incentivam o ciclismo e a prática de atividades físicas ao ar livre.

#### **4.7 Objetivos a serem alcançados:**

O objetivo da realização da 6ª edição do Tour de Ciclismo é promover a prática esportiva, incentivar hábitos saudáveis e fortalecer o ciclismo como atividade de lazer, esporte e mobilidade sustentável. O evento busca reunir ciclistas amadores e profissionais, proporcionando integração entre atletas, comunidade e apoiadores.

Entre os principais objetivos, destacam-se:

- Incentivar a prática do ciclismo como atividade física e meio de promoção da saúde e qualidade de vida;
- Estimular a participação de ciclistas amadores e profissionais em eventos esportivos organizados;
- Promover a integração social entre participantes, familiares e comunidade local;
- Valorizar o esporte como ferramenta de inclusão, lazer e bem-estar;
- Fortalecer e divulgar o ciclismo na região, incentivando novos praticantes;
- Movimentar a economia local por meio da realização do evento e da participação de visitantes.

#### **4.7.1 Objetivo geral, sucinto:**

Promover a realização da 6ª Etapa do Tour de Ciclismo, incentivando a prática esportiva, a promoção da saúde e a integração entre ciclistas, comunidade e apoiadores, contribuindo para o fortalecimento do ciclismo e do esporte na região.

#### **4.7.2 Capacidade Administrativa, Técnica e Gerencial:**

A Prefeitura Municipal possui capacidade administrativa, técnica e gerencial para apoiar, coordenar e acompanhar a realização da 6ª Etapa do Tour de Ciclismo, por meio de sua estrutura organizacional e da atuação integrada das secretarias competentes. A administração pública conta com equipe técnica qualificada, recursos institucionais e experiência na promoção, organização e apoio a eventos esportivos, culturais e comunitários de interesse público.

Adicionalmente, o município dispõe de condições para oferecer suporte logístico e operacional ao evento, incluindo ações de organização do percurso, segurança, mobilização da comunidade, divulgação institucional e demais medidas necessárias para a adequada execução das atividades. Dessa forma, garante-se que o evento seja realizado de maneira planejada, segura e eficiente, contribuindo para o fortalecimento do esporte, a promoção da saúde e a integração social da população.

#### **4.8 Resultados esperados:**

Espera-se que a realização da 6ª Etapa do Tour de Ciclismo contribua para o fortalecimento da prática esportiva no município, incentivando a participação de ciclistas amadores e profissionais e promovendo hábitos saudáveis entre a população.

Entre os principais resultados esperados, destacam-se: o aumento do interesse da comunidade pela prática do ciclismo e de atividades físicas, a integração entre atletas, moradores e visitantes, a valorização do esporte como instrumento de inclusão social e promoção da saúde, além do fortalecimento do calendário esportivo do município.

Também se espera ampliar a visibilidade do município por meio da realização de um evento esportivo organizado e participativo, estimulando a convivência comunitária, o lazer e o envolvimento de parceiros e apoiadores na promoção do esporte e da qualidade de vida.

#### **4.8 Definição dos Indicador**

Os indicadores têm a função de mensurar o alcance dos resultados esperados e avaliar os impactos do evento em diferentes dimensões: social, econômico e estrutural. Eles permitem acompanhar o desempenho do projeto e verificar se os objetivos foram atingidos.

Resultados esperados e respectivos indicadores:

1. Participação e engajamento do público

- Número de ciclistas amadores e profissionais inscritos;
- Número de familiares, apoiadores e membros da comunidade presentes;
- Grau de satisfação dos participantes, avaliado por pesquisa ou questionário pós-evento.

2. Segurança e logística

- Percentual de cumprimento das medidas de segurança e protocolos de apoio;
- Número de incidentes registrados durante o evento;
- Avaliação da logística do percurso, incluindo sinalização, pontos de apoio e transporte de emergência.

3. Qualidade do evento

- Avaliação da estrutura oferecida aos participantes;
- Cumprimento do percurso planejado e do cronograma do evento;
- Feedback dos participantes sobre organização, atendimento e experiência geral.

4. Impacto social

- Aumento do interesse da comunidade pela prática esportiva e hábitos saudáveis;
- Participação de grupos sociais variados, incluindo jovens, famílias e moradores locais;
- Fortalecimento da integração comunitária por meio do esporte.

5. Impacto econômico

- Retorno gerado para o comércio local e prestadores de serviços;
- Número de parcerias e patrocínios firmados;
- Visibilidade e promoção do município como polo de eventos esportivos.

6. Impacto estrutural

- Melhoria ou adequação de espaços públicos utilizados no evento, como praças, vias e ciclovias;
- Fortalecimento da infraestrutura de apoio a eventos esportivos no município;
- Desenvolvimento de protocolos e experiência organizacional replicáveis em futuras edições.

#### 4.9 Metas a serem atendidas

META	INDICADORES	FONTE	FORMA DE AFERIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Garantir adequada estrutura do evento (infraestrutura, sinalização, segurança e apoio)	Percentual de itens estruturais executados conforme planejamento	Relatórios da organização, contratos e registros fotográficos	Verificação do cumprimento dos itens previstos antes e durante o evento	<b>Ruim:</b> até 50% executado <b>Boa:</b> 51% a 80% <b>Ótima:</b> acima de 80%
Assegurar a eficiente organização do evento (cumprimento do cronograma, logística e coordenação)	Percentual de atividades realizadas conforme cronograma	Cronograma oficial e relatórios da organização	Comparação entre planejamento e execução das atividades	<b>Ruim:</b> até 50% cumprido <b>Boa:</b> 51% a 80% <b>Ótima:</b> acima de 80% ou integral
Promover e controlar as inscrições dos participantes	Número de atletas inscritos e participantes presentes	Fichas de inscrição, listas de presença e sistema de cadastro	Contagem das inscrições e verificação da participação efetiva	<b>Ruim:</b> até 50% do público esperado <b>Boa:</b> 51% a 80% <b>Ótima:</b> acima de 80%
Garantir a adequada premiação dos participantes (entrega de troféus, medalhas e/ou valores)	Percentual de premiações entregues corretamente	Relatórios da organização, registros fotográficos e listas de premiação	Conferência da entrega conforme categorias e regulamento	<b>Ruim:</b> falhas ou não entrega <b>Boa:</b> entrega parcial ou com ajustes <b>Ótima:</b> entrega completa e conforme regulamento

#### 4.11 Capacidade técnica-operacional

- A capacidade técnica-operacional deverá ser comprovada por meio de imagens e links de eventos já realizados principalmente se forem edições passadas deste presente evento.
- Orienta-se apenas informar, no tópico, que o Município possui capacidade e **encaminha à parte, um PORTIFÓLIO contendo os dados acima**, conglomerando o maior número possível de informações que comprovem a capacidade do Município em realizar o evento.

## 5 . CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Indicador Físico</b>	<b>Quantidade</b>
1	Planejamento geral do evento	01/03/2026	10/03/2026	Reuniões realizadas	05
2	Definição do percurso e logística	05/03/2026	15/03/2026	Percurso definido	01
3	Contratação de serviços e estrutura	08/03/2026	20/03/2026	Contratos firmados	08
4	Divulgação e inscrições	10/03/2026	25/03/2026	Atletas inscritos	300
5	Organização da estrutura	24/03/2026	26/03/2026	Estrutura montada	01
6	Realização do Tour de Ciclismo	27/03/2026	29/03/2026	Evento realizado	01
7	Desmontagem e finalização	30/03/2026	31/03/2026	Estrutura desmontada	01
8	Prestação de contas	01/04/2026	15/04/2026	Relatório apresentado	01

## 6. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO/ORÇAMENTO

6.1 Plano de Aplicação				
EXERCÍCIO	TIPO DE DESPESA	CONCEDENTE (R\$)	PROPONENTE (R\$)	TOTAL (R\$)
2026	Contratação Geral	R\$ 40.000,00	R\$ 2.633,00	R\$ 42.633,00

6.2 orçamento detalhado

Item	Especificações	Quantidade	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor Total
	Troféu medindo 50cm, personalizados e materiais utilizados na confecção: mdf, acrílico e adesivo.	154	Unidades	R\$ 68,00	R\$ 10.472,00
	Portico de corrida para largadas chegadas, estrutura, revestido com banners e faixas que podem ser personalizadas de acordo com as necessidades de cada evento, medidas basicas 5,60m de largura x 3,00m de altura, vão central pode ser de 4 ou 6 m de acordo com as necessidades de cada evento, as medidas podem ser superiores ou inferiores de acordo com cada event	2	Unidade	R\$ 2.398,00	R\$ 4.796,00
	Tenda medindo 10x10 ,com Cobertura em modelo piramidal, Construida em lona pvc anti chamas. Com proteção uv estrutura Metalica de 1.1/2-p/18, Preferencialmente de cor branca , Com amarração individual por ilhos Com montagem e desmontagem	9	Serviço	R\$ 470,00	R\$ 4.230,00
	Tenda medindo 5x5 com Cobertura em modelo ou piramidal Construida em lona pvc anti chamas Com proteção uv estrtura metalica De 1.1/2- p /18 preferencialmente na Cor branca com amarração de ilhós, Com montagem e desmontagem	18	Serviço	R\$ 245,00	R\$ 4.410,00
	Som tipo a; 01 mesa de som digital 32 Canais de entrada, sistema de sonorização Line array, composto por 08 caixas line por Lado, sistema de bumper para elevação do Sistema ou acessórios para trabalhar com Ground stacked, 08 caixas de sub grave com 2 falantes de 18" cada, por lado; 01 sistema De amplificadores classe de cada rack, com No mínimo 8 mil whatts rms por canal em 2omhs; 01 processador digital com 4 Entradas e 8 saídas; 4 mic sem fio, 08 mic Com fio, 08 pedestai, amp bateria, Cabiamento completo.	4	Diaria	R\$ 2.000,00	R\$ 8.000,00
	Piso tipo a. - locação com Montagem e desmontagem piso Palco com 8 metros de frente e 5 Metros em estrutura metálica Contendo 10 taboas compensado	5	Diaria	R\$ 750,00	R\$ 3.750,00

GERANDO DESENVOLVIMENTO

	Naval de 20 mm 0,50 cm de altura Carpetado com escada e ramap de Cadeirante.				
	Ground q30 tipo a. - locação com Montagem e desmontagem de Estrutura box truss q30 em Alumínio para backdrop 3,00 x 4,00 Metros.	5	Diaria	R\$ 600,00	R\$ 3.000,00
	Aguá mineral 500ml - água mineral sem gás 500 ml – água mineral potável sem gás, envasada em garrafas de 500 ml, lacrados, dentro dos padrões Estabelecidos pelo departamento Nacional de produção mineral - dnpm e agência nacional de vigilância sanitária - anvisa, com marca, procedência e validade (no mínimo de 6 meses) impressas na embalagem do produto. Fardo com 12 unidades cada.	250	Fardo	R\$ 15,90	R\$ 3.975,00
	Total				R\$ 42.633,00

6.3. O apoio ofertado pelo CONCEDENTE terá como finalidade precípua itens relacionados com estruturas, como definido no objeto do ajuste, não fazendo jus à utilização do repasse para itens relacionados a shows.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1. O CONCEDENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 40.000,00

7.2. O CONVENTE se responsabiliza pelos repasses abaixo:

REPASSE	
EXERCÍCIO	PARCELA ÚNICA
2025	R\$ 2.633,00

7.3. Conforme as tabelas supra, o desembolso será realizado após a subscrição do Convênio.

## 8. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 8.1. O Município de Jaraguá será a entidade realizadora da 6ª Etapa do Tour de Ciclismo que ocorrerá nos dias 27,28 e 29 de março de 2026.
- 8.2. O Município de Jaraguá será responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento do evento, cumprindo todo o disposto no Plano de Trabalho.
- 8.3. O Município de Jaraguá ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernente à legislação fiscal, social, tributária, trabalhista e previdenciária acaso decorrente da execução do objeto do convênio.

## 9. DECLARAÇÃO

- 9.1. Na qualidade de representante da Conveniente, venho declarar à Secretaria de Estado da Retomada de Goiás que:
  - a) O Município de Jaraguá informará à Secretaria de Estado da Retomada - SER, a qualquer tempo, durante a execução do instrumento, as ações desenvolvidas para viabilizar os eventos.
  - b) O Município de Jaraguá irá prestar contas dos recursos transferidos pela concedente destinados à consecução do objeto do convênio.
  - c) O Município de Jaraguá irá receber e movimentar recursos exclusivamente em conta corrente bancária aberta somente para fins do eventual Convênio a ser firmado.
  - d) O Município de Jaraguá irá operacionalizar o objeto, estando ainda ciente da obrigação de seguir as normas legais e estando ciente de que a Secretaria de Estado da Retomada - SER, não presta consultoria jurídica, técnica, contábil, financeira ou operacional.
  - e) O Município de Jaraguá não possui, em seu corpo diretivo, servidores da Administração Pública Estadual ou parentes de até segundo grau, sanguíneos ou afins, de servidores da Secretaria de Estado da Retomada - SER ou de diretores, presidentes, secretários ou outros cargos da alta administração do poder público Estadual.
  - f) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que os servidores envolvidos com o Convênio e respectivos cônjuges ou companheiros não são membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - g) Declaramos, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que o Município de Jaraguá não tem Dívidas com o Poder Público e Inscrição nos Bancos de Dados Públicos ou Privados de Proteção ao Crédito.
  - h) O Município de Jaraguá não possui nenhum impedimento legal para realizar o presente convênio.
  - i) Informo que possuo todos os documentos originais referentes às cópias simples de documentos apresentados (cópias de certidões, comprovantes de RG, CPF, contrato social, comprovantes de residência e outros) e que os apresentará a Secretaria de Estado da Retomada - SER quando solicitado e, antes da assinatura da Parceira, para fins de conferência.

10.



GERANDO DESENVOLVIMENTO

Ante o exposto, pede-se APROVAÇÃO do Plano de Trabalho.

PAULO VITOR AVELAR:01521137110  
Assinado de forma digital por PAULO VITOR AVELAR:01521137110

**Paulo Vitor Avelar**  
Prefeito Municipal de Jaraguá

Esta Secretaria de Estado da Retomada - SER APROVA o Plano de Trabalho, por seu representante que subscreve.

**César Augusto Sotkeviciene Moura**

Secretário de Estado da Retomada

GOIÂNIA - GO, aos        dias do mês de        de 2026.



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA RETOMADA  
GERÊNCIA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

## DECLARAÇÃO Nº 45 / 2026 RETOMADA/GECG-21307

**CONSIDERANDO** o teor do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, que estabelece normas que regulamentam a celebração, a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos convênios e dos termos de cooperação firmados no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 6º do Decreto n.º 10.248 de 31 de março de 2023, em que menciona que para a celebração do convênio dependerão da aprovação do plano de trabalho depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pelos órgãos ou pelas entidades interessadas.

**CONSIDERANDO** que o Plano de Trabalho apresentado pelo **MUNICÍPIO DE JARAGUÁ - GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº01.223.916/0001-73, preenche os requisitos legais, conforme manifestação da Procuradoria Setorial, por meio do Parecer n.º 113/2026 (88279768).

**DECIDO** pela aprovação do Plano de Trabalho (88249230) apresentado, visando garantir a realização do **6ª edição do Tour de Jaraguá de Ciclismo**, a ser realizada nos **dias 27, 28 e 29 de março de 2026**, no município de Jaraguá/GO, mediante a disponibilização de infraestrutura e suporte operacional necessários à realização do evento, compreendendo itens como estruturas físicas, sonorização, sinalização, logística e apoio, no valor total de **R\$ 42.633,00 (quarenta e dois mil seiscientos e trinta e três reais)**, cabendo ao **CONCEDENTE** destinar o montante de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, correndo as despesas à conta do Orçamento do Estado de Goiás e ao **CONVENENTE** caberá a contrapartida financeira no montante de **R\$ 2.633,00 (dois mil seiscientos e trinta e três reais)**, de acordo Nota de Empenho nº 00003/2026 (88224211), conforme Plano de Trabalho Retificado (88249230) aprovado.

**César Augusto Sotkeviciene Moura**

Secretário de Estado da Retomada



Documento assinado eletronicamente por **CESAR AUGUSTO DE SOTKEVICIENE MOURA**, Secretário (a) de Estado, em 27/03/2026, às 19:30, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **88294348** e o código CRC **44E1414B**.



Referência: Processo nº 202619222000144



SEI 88294348